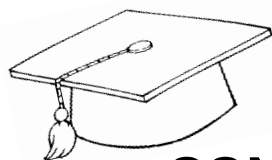


CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU

FASUL EDUCACIONAL EAD



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU

CURSO PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Modalidade a Distância

2025

Matriz do Curso

DISCIPLINAS
Introdução ao Direito Brasileiro e Teoria do Estado
Introdução ao Direito Público
Direito Constitucional
Direito Administrativo
Licitação e Contratos
Direito Tributário
Direito Previdenciário
Direito Processual do Trabalho
Organização da Administração Pública
Processo e Procedimento na Administração Pública
Lei Geral de Proteção de Dados e Marco Civil da Internet
Metodologia Trabalho Científico

Ementário das Disciplinas

Disciplina: Introdução ao Direito Brasileiro e Teoria do Estado
Ementa
Definir e analisar noções gerais da Ciência do Direito inserida no contexto político-social. Apresentar a importância desta disciplina para a atividade profissional, considerando o exercício da cidadania plena do estudante. Provocar a discussão propedêutica dos institutos basilares, em especial: analisar o direito como Ciência, o Direito natural e o Direito positivo. Analisar o Direito e a Moral. Estudar as fontes do Direito, a formação das Normas e de sua Existência. Refletir sobre as perspectivas da Teoria do Direito, abordando a teoria tridimensional do Direito. Analisar os princípios como uma espécie de norma jurídica.
Conteúdo Programático
1.Aspectos Introdutórios 2. A Ordem Jurídica 3. A Divisão do Direito 4. O Processo de Elaboração das Leis 5. Teoria geral do Estado 6. Sociedade e política 7. O Estado no pensamento político ocidental 8. Formação do Estado moderno 9. Relações do Estado e estruturas de poder 10.Formas de governo e sistemas de governo
Bibliografia
• REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva. 2015. • FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2015. • NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014. • VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2013. • BRUNO, Reinaldo Moreira. Os recursos no processo licitatório. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. • MARINHO, Leonardo Campos. Manual prático de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Scortecci, 2014. • VASCONCELOS, Edson Aguiar de. Direito administrativo brasileiro: origem, evolução e perspectiva. 2000. • CUNHA, Paulo Olavo. Direito empresarial para economistas e gestores. Coimbra: Almedina, 2014. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 2014 - HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo. 2. Ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 17.ed., 2010. ed. São Paulo: Ed. Objetiva, 2010.
- WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2000 (v. 1 e 2).
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 5. ed. Brasília, D.F: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 2v.

Disciplina: Introdução ao Direito Público
Ementa
Estado Social e Democrático de Direito: visão panorâmica e instrumental do texto constitucional (direitos fundamentais, separação dos Poderes, regime da administração pública, serviços públicos e atividades econômicas, ordem econômica e ordem social). Fundamentos constitucionais da Administração Pública brasileira. Os princípios da administração pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Atividades de administração pública: prestação de serviços, ordenação, fomento e controle. Contratações públicas. Organização administrativa e novas tendências. Processos administrativos e suas leis gerais. Controle da administração pública.
Conteúdo Programático
1. Novos arranjos contratuais na Administração Pública 2. A prática dos convênios pela Administração Pública 3. Princípios gerais do Direito Público: prática, legislação e teoria 4. O Direito Público e as políticas públicas
Bibliografia
• BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. Rio de Janeiro, Renovar, 2006. • BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo, Saraiva, 2006. • MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003. • SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. 4ª ed. 5ª tiragem. São Paulo, Malheiros Editores, 2004. • PINTO JUNIOR, Mario Engler. A estrutura da administração pública indireta e o relacionamento do Estado com a companhia controlada, in: RDPE, a. 7, n. 28, out./dez. 2009 • MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública, in: Paulo Modesto (coordenador), Nova organização administrativa brasileira, Belo Horizonte, Fórum, 2009.

Disciplina: Direito Constitucional
Ementa
Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Federação Brasileira. União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Regime de repartição de competências.
Conteúdo Programático
1. Teoria geral dos direitos fundamentais 2. Direitos e deveres individuais e coletivos 3. Direitos sociais na Constituição Brasileira 4. Nacionalidade no Direito Constitucional brasileiro 5. Direitos políticos e partidos políticos 6. Federação brasileira
Bibliografia
• MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2019.

- BRANCO, Paulo Gustavo; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BARROSO, Luiz Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva. 2019.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. Saraiva, 2018.
- NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Juspodivm, 2019.
- ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. São Paulo: Método, 2019.

Disciplina: Direito Administrativo	
Ementa	
Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes administrativos. Poder de polícia do Estado.	
Conteúdo Programático	
1. Noções de Direito Administrativo 2. Atividade administrativa do Estado 3. Agentes Públicos 4. Serviço Público 5. Atos e fatos administrativos 6. Atividades e Poderes Administrativos	
Bibliografia	
• CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014. • DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2013. • MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014. • FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1997. • GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012. • JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Forum, 2013. • MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. • MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.	

Disciplina: Licitação e Contratos	
Ementa	
A decisão de contratar, benefícios, custos, assimetria de informação. O Estado como principal contratante. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contratos para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Processo de contratação: adjudicação, assinatura do contrato. Execução do contrato. O gestor do contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos	
Conteúdo Programático	

1. Licitações Públicas aspectos introdutórios; decisão de contratar; conceito; finalidade; objeto; princípios; obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; modalidades; procedimento; tipos; anulação e revogação) **2.** Contratos Administrativos (aspectos introdutórios; conceito; processo de contratação; objeto; características; prerrogativas de direito público da Administração; modalidades (obra pública, serviços, fornecimento, concessão, parceria público-privadas; permissão; franquia, terceirização, contrato de gestão, convênio; gestão, acompanhamento e controle do contrato; extinção; avaliação dos resultados e dos impactos).

Bibliografia

- Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. Tribunal de Contas da União. – 3. ed, rev. atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2006. (disponível em www.tcu.gov.br)
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2008.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010
- ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio. Licitações e contratos administrativos: uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Curitiba: Juruá, 2006.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23 ed. rev.ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- CRETELLA JÚNIOR, José. O desvio de poder na administração pública. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Disciplina:

Direito Tributário

Ementa

Direito tributário e aspectos econômicos da tributação. Origens e conceito. Direito financeiro. O papel do direito na política econômica. Despesas e orçamentos públicos. Poder de tributar e competências tributárias. A relação jurídica, econômica e tributária. Sistema tributário nacional (fundamentos históricos). Noções gerais de lançamento, extinção e exclusão do crédito tributário. Fato gerador da obrigação tributária. Certidões negativas. Fiscalização tributária.

Conteúdo Programático

1. Noções introdutórias de Direito Tributário **2.** Das espécies de tributos **3.** Do exercício do poder de tributar e suas limitações **4.** Da relação jurídico-tributária (ou obrigação tributária) **5.** Da responsabilidade tributária **6.** Do crédito tributário **7.** Das garantias e privilégios do crédito tributário **8.** Da fiscalização e cobrança dos tributos

Bibliografia

- PAULSEN Leandro. Direito Tributário. Constituição e Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência. 18. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2017.
- CARRAZA Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros Editores. 23. ed. 2007.
- AMARO Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

- ALEXANDRE Ricardo. Direito Tributário Esquemático. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2016.
- BALEEIRO Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- FREITAS Vladimir Passos de. et al. Código Tributário Nacional Comentado. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- MACHADO Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 38. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017

Disciplina: Direito Previdenciário
Ementa
O sistema da seguridade social em especial o regime geral da previdência social brasileira e análise do custeio da seguridade social.
Conteúdo Programático
1.Seguridade Social 2. Saúde, Assistência Social e Previdência Social. 3. Seguridade social na Constituição Federal 4. Legislação Previdenciária 5. Regimes de Previdência social – distinções 6. Regime Geral de Previdência Social 7. Competência para processamento das ações previdenciárias 8. Custeio: Financiamento da seguridade social
Bibliografia
• MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2013. • MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2009. • IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2008. • BALTAZAR JR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado. Comentários a Lei de benefícios (Básica) da Previdência Social: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. • LAZZARI, João Batista et. Manual de Direito Previdenciário. São José: Conceito, 2009. • PAIXÃO, Florisceno. A Previdência Social em Perguntas e Respostas. Porto Alegre: Iob Thomson, 2005. • PAULSEN, Leandro. Contribuição: Teoria Geral Contribuições em Espécie. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. • TSUTUYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho
Ementa
Estudar a jurisdição trabalhista como técnica de solução dos conflitos do trabalho. Organização judiciária e competência da Justiça do Trabalho. Processo e procedimentos processuais. Prazos processuais. Ingresso em juízo, petição inicial e resposta do réu. Ônus e meios de prova. Audiência. Sentença. Sistema recursal. Execução trabalhista.
Conteúdo Programático
1. Direito processual do trabalho 2. Organização judiciária da justiça do trabalho 3. Competência da justiça do trabalho e dos órgãos que a compõem. 4. Nulidades no processo do trabalho. 5. Processo de conhecimento 6. Ingresso em juízo 7. Defesa do demandado 8. Audiência de instrução 9. Decisões interlocutórias e sentença. 10. O Sistema recursal trabalhista: características e pressupostos.

Bibliografia

- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ALMEIDA, Ísis de. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr. 2002.
- COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio. Manual de Processo do Trabalho. Editora Ltr. 2009.
- PEIXOTO, Bolívar Viégas. Iniciação ao Processo Individual do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista: estática, dinâmica, prática. São Paulo: LTr, 2006.

Disciplina:

Organização da Administração Pública

Ementa

Introdução à gestão pública. Organização do Estado e da administração pública. O Estado e as Políticas Públicas. Modelo de gestão pública. Orçamento público. Lei da Responsabilidade Fiscal. Empreendedorismo e inovação na gestão pública. Indicadores de desempenho da gestão pública. Administração Pública e Organizações Públicas: Conceito e papel da Administração Pública na sociedade.

Conteúdo Programático

1. Introdução à gestão pública **2.** Organização do Estado e da administração pública **3.** Modelos de gestão pública **4.** Políticas Públicas no Brasil **5.** Orçamento público **6.** Lei de Responsabilidade Fiscal **7.** Empreendedorismo e inovação no setor público **8.** Indicadores de desempenho da gestão pública

Bibliografia

- JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público. v. 56 (2): 137-160. Brasília, abr./jun. 2005.
- MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAXIMINIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SECHI, L. Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF. 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.
- JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, jan. 2002. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>. Acesso em: 05 jun. 2019.

- PALUDO, A. V. Orçamento público e administração financeira e orçamentária. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- PALUDO, A. V. Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal. ed. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- SILVA, M. V. G. et al. Intraempreendedorismo no setor público: análise do comportamento empreendedor de gestores públicos municipais por meio do Carland Entrepreneurship Index (CEI). Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 7, n. 2, p. 67-114, 2018.

Disciplina:	
Processo e Procedimento na Administração Pública	
Ementa	
Significado político, social e econômico da Administração Pública. Evolução histórica dos estudos de Administração Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Os principais Modelos de administração pública. Administração Pública e Co-produção dos serviços públicos O administrador público, a aprendizagem e a co-produção do bem do bem comum.	
Conteúdo Programático	
1. A evolução da administração pública 2. Gestão das políticas públicas no Brasil contemporâneo 3. Gestão da inovação na administração pública contemporânea 4. A relação entre mercado e gestão pública 5. Desafios voltados ao crescimento e ao desenvolvimento econômico	
Bibliografia	
• JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público. v. 56 (2): 137-160. Brasília, abr./jun. 2005. • MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. • MAXIMINIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. • PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. • SECHI, L. Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. • BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 jun. 2019. • BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF. 5 out. 1988. • BRASIL. Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 24 jun. 2019. • JANUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, jan. 2002. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427. Acesso em: 05 jun. 2019.	

- PALUDO, A. V. Orçamento público e administração financeira e orçamentária. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- PALUDO, A. V. Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal. ed. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- SILVA, M. V. G. et al. Intraempreendedorismo no setor público: análise do comportamento empreendedor de gestores públicos municipais por meio do Carland Entrepreneurship Index (CEI). Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 7, n. 2, p. 67-114, 2018.

Disciplina:	
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e Marco Civil da Internet	
Ementa	
Privacidade e proteção de dados. Impacto da LGPD na economia e nos negócios. Lei n. 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): panorama, fundamentos, princípios, conceitos, diretrizes e mudanças derivadas da LGPD. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Necessidade de adequação às diretrizes da LGPD, através da implementação de um plano de adequação. Proteção de dados pessoais e governança corporativa. LGPD e Compliance: desenvolvimento de cultura quanto ao tratamento de dados pessoais, voltado para a construção de um ambiente mais transparente, ético e seguro para os titulares dos dados pessoais.	
Conteúdo Programático	
1. Privacidade na Sociedade da Informação 2. Antecedentes normativos, direito comparado e marcos legais 3. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 4. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e as sanções legais 5. Proteção de dados pessoais e governança corporativa 6. Tutela jurisdicional da proteção de dados pessoais	
Bibliografia	
• BIONI, Bruno. Proteção de dados pessoais. A função e os limites do consentimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. • BLUM, Renato Opice (Organizador). Proteção de Dados, desafios e soluções na adequação à Lei. Forense, Rio de Janeiro: 2020. • DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. • FEIGELSON, Bruno e SIQUEIRA, Antonio Henrique Albani (Coordenadores). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019. • MALDONADO, Viviane Nóbrega (Coordenadora). LGPD: Lei Geral de Proteção de dados pessoais. Manual de Implementação. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019. • MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Comentada. 2ª ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019. • MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). Comentários ao GDPR: Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018. • PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. • TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana e OLIVA, Milena Donato (Coordenadores). Lei Geral de Proteção de dados pessoais e suas repercussões no Direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.	

- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Direito à privacidade e proteção de dados pessoais: aproximações e distinções. En: Revista do Advogado, n. 144, nov. 2019. São Paulo: AASP.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica	
Ementa	
A pesquisa e a construção do conhecimento. Conhecimento popular e conhecimento científico. Ética na pesquisa. Discussão e elaboração de projetos de pesquisa. Dimensões da pesquisa. Pesquisar para quê? Desenvolvimento de projetos. Tipos de pesquisa. Fontes e base de dados de pesquisa. Normas e relatórios de pesquisa.	
Conteúdo Programático	
1. Pesquisa e conhecimento 2. Fases e etapas da pesquisa 3. Projetos de pesquisa 4. Relatórios de pesquisa	
Bibliografia	
• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. • CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. • COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos I: Novos Olhares na Pesquisa em Educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. • CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. • CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 2007. • FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. • GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2010. • GIL, A. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. • GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. • GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: método e epistemologia. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012. • KOLLER, Sílvia H; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean. Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014. • MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. • LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2012.	